

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Tendências e Desafios da Educação Especial.** ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de.(org.), Brasília: SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro.** Brasília, SEESP, 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais.** Brasília,1995.

COUTINHO, Maria Teresa da & MOREIRA, Mércia. **Psicologia da Educação: um estudo dos processos Psicológicos de Desenvolvimento e Aprendizagem humanos, voltado para educação: ênfase na abordagem construtivista.** 8ª ed. Belo Horizonte – MG: Ed Lê, 2000.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática.** Porto Alegre: Artmed 1995.

6. VOCÊ CONCORDA COM A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, QUE DECLARA QUE A CRIANÇA ESPECIAL TEM DIREITO A EDUCAÇÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO? POR QUE?

SIM

NÃO

## ANEXO - QUESTIONÁRIO

Nome da Escola \_\_\_\_\_  
Série \_\_\_\_\_ Turno \_\_\_\_\_

1. NA SERIE EM QUE VOCÊ LECIONA HÁ ALGUM ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL?

SIM  NÃO

2. COMO É O COMPORTAMENTO DESTE(S) ALUNO(S)?

CALMO  AGITADO  CARINHOSO

3. COMO VOCÊ AGE DIANTE DESTE COMPORTAMENTO?

MAIS ATENCIOSA  DESPERCEBIDA  PREOCUPADA

4. VOCÊ ACHA QUE A TUA ESCOLA ESTÁ ADEQUADA PARA RECEBER ESTE TIPO DE ALUNO?

SIM  NÃO

POR QUE? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. E VOCÊ COMO EDUCADOR(A) ESTÁ PREPARADO(A) PARA AUXILIAR NA APRENDIZAGEM DESTE ALUNO?

SIM  NÃO

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **Considerações Finais**

Os estudos aqui citados e os dados apresentados e discutidos, sugerem que temos muito a aprender, ao que diz respeito à educação inclusiva.

A inclusão, por ser uma questão polêmica e desafiadora para a educação, será necessária uma reforma na política educacional visando melhores condições para que aconteça a inclusão. Para isso, é mister discutir e buscar medidas práticas, eficientes, as quais não se tornem apenas uma ideologia.

Com relação à implementação da inclusão no contexto da realidade educacional brasileira, o próprio conceito de integração escolar está sendo, por muitos considerados ultrapassados, mas as propostas, os programas não foram bem estruturados no que diz respeito às condições de formação dos professores, espaço físico que nem sempre são favoráveis para o processo ensino-aprendizagem.

Doravante, o que se percebe é que a inclusão é um direito assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, mas em nosso município a inclusão ainda está sendo feita de forma parcial como foi constatado em nossas análises dos dados feitas a partir de entrevistas com as mães de alunos portadores de necessidades especiais.

não ter acesso a essas informações. Por outro lado, elas acham que é mais uma lei e esperam que dê condições à escola para que possa ser cumprida.

Percebemos que para acontecer essa inclusão, será necessário que o sistema educacional invista nas comunidades escolares, para que tenham condições favoráveis ao receber essas crianças com necessidades especiais, promover o convívio com a diversidade favorecendo assim, o desenvolvimento da aprendizagem e permitindo o confronto com as diferenças. Só assim, a inclusão será uma realidade.

Utilizou-se entrevistas diretas com 15 mães que têm filhos portadores de necessidades especiais, buscando informações sobre o processo inclusivo. A utilização dos questionários foi aplicada a 15 professores do ensino regular nas séries iniciais das escolas da sede do município de Morro do Chapéu, por serem instrumentos de fácil acesso para o pesquisador, por obter maior número de informações; objetivando assim, ter uma visão ampla do contexto onde os mesmos estão inseridos, procurando contribuir para uma educação de qualidade em nosso município.

#### **2.4. Categorização dos tratamentos dos dados**

Os dados obtidos foram apresentados através de questionários com perguntas objetivas e subjetivas com 15 professores do ensino da rede pública, da 1ª a 4ª séries; entrevistas diretas com mães de alunos portadores de necessidades especiais.

Nos questionários aplicados aos professores foi possível analisarmos os seguintes itens: se há alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares; como se comportam na sala de aula; como o professor age diante do comportamento deste aluno; se a escola está adequada para receber esta clientela; se o professor está preparado para auxiliar na aprendizagem deste aluno; se o professor concorda ou discorda com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 a qual declara que a criança especial tem direito à educação na rede regular de ensino.

## Capítulo II – Metodologia da Pesquisa

### 2.1. Introdução

Neste final de século ocorreram intensas e rápidas transformações econômicas, sociais e culturais na sociedade as quais têm contribuído para o surgimento de várias mudanças na estrutura das relações escolares, sociais e familiares. Destaca-se como uma das mais importantes, o movimento mundial pela inclusão social e as necessidades de reformas sociais.

Partindo-se do pressuposto de que a educação é caminho e o instrumento de exercício da democracia, enfatiza-se como sendo a mesma um direito fundamental do indivíduo. Busca-se através desta pesquisa demonstrar como a inclusão está presente nas escolas públicas da sede do município de Morro do Chapéu, deixando os educadores sem saber como conduzir a Educação Inclusiva nas séries iniciais.

Pretende-se com este estudo, contribuir para explicitar como a inclusão é vista dentro da comunidade morrense. Será de fundamental importância ressaltar a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/61, a qual garante a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais nas escolas públicas nas séries iniciais do

A idéia é perfeita, mas as propostas, os programas não foram bem idealizados. No entanto, têm-se o ponto crucial a ser discutido. Como implementar no contexto da realidade educacional brasileira, esse modelo de escola inclusiva. Para que isso possa sair da concepção imaginária e irrealista, a escola inclusiva exige condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e até mesmo físicos de que não dispõem. Certamente não existirá no futuro próximo, essa escola, a não ser em situação específica de programas-modelo ou experimental. De acordo com Mazzota :

*"O fato de que a política de integração, na prática, não funciona, por que entre outros fatores, o professor da classe regular não está preparado para receber o aluno especial. Logo, se quisermos considerar uma proposta ainda mais radical, como da escola inclusiva, é pré-requisito que os sejam efetivamente capacitados para transmitir sua prática educativa". (MAZZOTA: 1994, p. 261)*

oferecem algum tipo de atendimento. Isso equivale a 94% de crianças desse universo na sua grande maioria excluídas do sistema educacional.

#### **1.4. Inclusão Total: Mais uma Utopia?**

A integração de portadores de deficiências tem sido talvez a questão referente a educação especial mais discutida em todo país, nas últimas décadas. O que há vinte anos era considerado um discurso de vanguarda, tornou-se hoje política nacional.

O próprio conceito de integração escolar está sendo, por muitos, considerado ultrapassado e a proposta mais moderna em países do primeiro mundo está sendo trazida para o Brasil, que é o conceito de Escola Inclusiva, o chamado Movimento pela Inclusão Total. Segundo Rosana Glat :

*"A noção de inclusão total não é uma proposta e sim uma utopia. Como todas utopia, tem um valor simbólico importante e um investimento afetivo que deve ser alimentado. A sociedade inclusiva é a sociedade ideal, a que todos almejamos. É a utopia do mundo perfeito, é semelhante à utopia do socialismo: cada um de acordo com sua possibilidade, para cada um de acordo com suas necessidades". (ROZANA GLAT: 1988, p. 27)*

muitos, é uma área de atuação voltada à assistência e não à educação. Januzzi afirma que:

*"E freqüentemente a referencia à situações de atendimento à pessoas diferentes (crianças/ou adultos) como sendo educacionais, quando uma análise mais cuidadosa revela tratar-se de situações organizadas com outros propósitos que não o educacional". (JANUZZI: 1996, p. 15)*

Com os atuais dispositivos legais emanados do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação e do Desporto, do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Estadual da Educação da Bahia, não mais será possível ignorar a demanda e a necessidade de reflexões sobre novas concepções da educação e integração desses alunos. O capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dedicado à educação especial prevê, em seu artigo nº 58, parágrafo 1º e 2º, o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais (PNEE), de preferência na rede regular de ensino, em classes regulares sendo oferecidos, quando necessário, serviços de apoio especializado para atender ao alunado.

No artigo 59 da Lei Federal nº 9.394/96 prevê-se, dentre outras condições, que sejam assegurados pelo sistema de ensino, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para os portadores de necessidades especiais. Essa orientação diz respeito a 5,7 milhões de pessoas com deficiências em idade escolar, dos quais apenas 6% estão matriculados em escolas que

No entanto, o professor acredita que aquele aluno "diferente" não deveria estar ali, pois não sabe como fazê-lo aprender. Portanto a família, a escola e o profissional da saúde contribuem para a produção social da deficiência. Há uma grande parcela da população em idade escolar, que apresenta dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento e neurológicos.

Nas palavras de Ullman Kramer 1969 *"Os educadores e especialistas são os responsáveis por identificar, julgar e classificar o deficiente mental, são pois os rotuladores oficiais da sociedade"*. (Kramer 1969. p. 22.)

A referência de normalidade é produto de um qualitativo, que é também social. Tudo e todos que não se encaixam no padrão social estabelecido, são discriminados por serem considerados como uma espécie de negação da ordem prevista pela sociedade. Essa é a imagem produzida por alguns, que decidem como devem ser, o que lhes falta, de que necessitam. Nesse processo a leitura que é feita das "diversidades" tem resultado em atitudes, preconceitos, que delegam à pessoa portadora de necessidades especiais, a segunda categoria na sociedade.

Segundo Goffman *"O estigma é um valor negativo atribuído a uma condição existencial e gerado na trama das relações sociais a partir do que é construído ideologicamente a cerca do outro"*. (GOFFMAN: 1975, p.30).

A educação especial, enquanto modalidade de ensino está inserida na pedagogia de forma bastante anacrônica. Do o ponto de vista teórico-prático, para

Para Vygotsky (1991), existem dois níveis de compreensão no desenvolvimento humano. O desenvolvimento "não dirigido" que é o desenvolvimento espontâneo que acontece de forma não sistematizada, e o desenvolvimento "dirigido" que é o processo ensino-aprendizagem sistematizado pela escola. Dessa forma, o desenvolvimento espontâneo é introduzido junto ao sistematizado que é transmitido pela escola.

O distúrbio da aprendizagem é relativo, ele só é estabelecido quando são impostas normas reguladoras como é o caso da escola. As crianças portadoras de quaisquer deficiências passaram a ser avaliadas como indivíduos aptos para aprendizagem, mesmo diante das dificuldades circunstanciais. Pois, antes de ser portador de necessidade especial, ele é indivíduo com direitos e deveres iguais aos outros homens, precisando que lhes sejam oferecidas as mesmas oportunidades que promovam seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

### **1.3. Escola, Diversidade e a Inclusão Social**

Outro fator importante a ser destacado é a questão da repetência na mesma série. Por vários anos, o indivíduo chega à escola onde deveria adquirir conhecimentos acumulados pela humanidade, mas não consegue em sua totalidade. Aprendendo somente fragmentos de conceitos e conteúdos sem nenhuma articulação com seu cotidiano, se o indivíduo não consegue aprender, logo é taxado como "diferente", "incapaz", "deficiente". Para Goffman, *"Aqueles que por opção ou circunstâncias, não aderem aos padrões de normalidade estabelecidos pelo grupo, torna-se-ão pessoas estigmatizadas"*. (Goffman, 1995.)

Existe, atualmente, a problemática a respeito do modo de interação do docente com os alunos especiais. Partimos, portanto, do olhar do docente sobre a questão e percebemos que a sua visão ainda retarda uma postura profissional, a qual não lhe foi oferecida no curso respectivo de sua formação profissional. Para MANZINI:

*"A visão dos professores sobre a inclusão é importante, mas inviável; pela forma como o ensino está estruturado. Apontam como problema para inclusão o número excessivo de alunos nas classes regulares das escolas públicas, ausência de capacitação, a falta de material didático, a falta de orientação e apoio ao professor do ensino regular". ( 1999, p. 13)*

## **1.2. Nível da Aprendizagem da Criança Especial**

Segundo Piaget 1987, com sua teoria basicamente Interacionista explica como funciona a inteligência humana, como o sujeito se organiza para poder aprender; busca comprovar que é na interação que se constrói conhecimento, a mesma se dá entre o sujeito e os objetos do seu meio. Dessa forma, acredita-se que os portadores de necessidades especiais constroem seu conhecimento do mesmo modo que indivíduos normais, embora de forma mais lenta.

Segundo Arroyo (1992) a educação privilegiou as disciplinas e conteúdos curriculares descontextualizadas das necessidades básicas deste tipo de educação e da realidade sócio cultural do educando em estudo. E é nessa realidade escolar que o aluno portador de necessidades especiais está inserido.

A consciência do direito à Educação fundamental para todos com objetivo do desenvolvimento pleno da personalidade humana pouco avançou entre nós, pois na prática, a escola ainda não conseguiu organizar-se e estruturar-se para garantir esse direito.

Nessa perspectiva, pretende-se reestudar os meios e instrumentos responsáveis pela inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares do ensino fundamental. Mas ainda há necessidade de transformação conceitual e cultural para que se construa uma escola e uma comunidade aberta, comprometida e solidária. Assim diz O'Brien:

*“A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola onde alunos, pais, professores e comunidade escolar envolva-se ativamente em trabalho de mudanças estruturais e organização no cotidiano escolar”. ( 1999, p. 14)*

É fundamental compreender a importância e a necessidade de profissionais capacitados para assumirem a responsabilidade pedagógica na escola, para que ocorra a inclusão de portadores de necessidades especiais nas séries iniciais do ensino fundamental.

unidades escolares devem acolher as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou lingüísticas. O nosso Município conta com a Fundação Pestalozzi, que atende a 50 crianças portadoras de necessidades especiais. Como afirma Montoan

*"É certo que a inclusão se concilia com educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior, o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para efetivação de um processo escolar de qualidade sedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atividades e formas de interações na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivarem os processos de ensino-aprendizagem". (MONTTOAN: 1998, p. 32)*

Para que a inclusão aconteça de fato, é mister ultrapassar os aspectos retóricos no sentido de garantir a escolaridade dos alunos por serem sujeitos inseridos no processo histórico social. Mas, porém, está a escola preparada para receber crianças com deficiência física, sensorial ou mental?

combatentes que voltavam mutilados da Guerra do Vietnã. Essas pessoas precisavam desfrutar de melhores condições de vida.

Na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, surge a premissa de que a Educação dos excepcionais deve enquadrar-se no sistema geral educacional, afim de integrá-los à comunidade. Os Estados Unidos avançavam nas pesquisas e teorias de inclusão para proporcionar melhores condições de vida aos mutilados da Guerra do Vietnã. Mas, então, a educação inclusiva iniciou-se com a Lei 94142 de 1975 a qual estabeleceu a modificação dos currículos e a criação de uma rede de informação entre escolas, hospitais e clínicas.

Nos anos 70 houve a necessidade de uma política de educação especial. Foi quando o MEC observou que era uma clientela que mais requeria cuidados especiais, no lar e na sociedade e a partir de 1986 a expressão "alunos, excepcionais " foi substituída por " alunos portadores de necessidades especiais".

O Estatuto da Criança e do Adolescente é aprovado em 1990, o qual reitera os direitos garantidos na Constituição Brasileira de 1978: atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. E em junho de 1994, dirigentes mundiais se reuniram na Espanha e assinaram a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais.

A Declaração de Salamanca 1994 proclama então, as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação. Determinam que as

Do século XVI ao XX, os indivíduos com deficiências físicas e mentais continuavam afastados de qualquer convívio social, mas em asilos e conventos. Surge o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, mas todas as instituições não passavam de prisões, sem tratamento especializado nem programas educativos.

A partir do século XIX e, com maior intensidade no século XX, ocorreram grandes descobertas no campo da medicina, biologia e da saúde. Os cientistas passaram a estudar os deficientes de forma a buscar respostas para seus problemas. Estes passam a ser vistos como cidadãos com direito e deveres de participação na sociedade; mas, sob orientação assistencial e caritativa.

A Educação Especial no Brasil surgiu pela primeira vez em 12 de Outubro de 1854; quando D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro. Em 1942 havia no Brasil 40 escolas públicas regulares as quais prestavam algum tipo de atendimento educacional.

A primeira diretriz política sobre a educação especial aparece em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. "Todo ser humano tem direito à educação". Até, então, crianças e adolescentes eram chamadas de excepcionais e eram confinados em classes e escolas especiais como as instituições.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, iniciava-se o debate sobre a necessidade de aumentar a integração social. Um processo que teve início nos Estados Unidos, nos anos 60, para adequar o país às necessidades dos

## CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1. Histórico da Inclusão

Percorrendo o fio condutor da história da educação geral, percebe-se que o significado de inclusão social é uma experiência humana relativamente recente no imaginário social, no cotidiano escolar e na ação pedagógica desenvolvida no sistema comum do ensino, fazendo-se necessário um estudo sobre a história destes.

O processo seletivo de crianças mal formadas ou deficientes teve início num período marcado por uma visão mais humanista na Idade Média na Europa após a Revolução Francesa, perpassando pelos séculos XVIII e XIX chegando ao século XX nos primeiros estudos sobre as deficiências.

Analisando o processo de exclusão no século XV, crianças deformadas eram jogadas nos esgotos da Roma Antiga. Na Idade Média, encontravam abrigo nas igrejas. Suas deformações eram vistas como maldição, fruto do destino, marca do demônio, ou até mesmo encaradas como seres diabólicos, as quais mereciam castigos para serem purificadas.

matutinos, vespertinos e noturnos, com matrícula regular de 25 a 35 alunos por turma, além do corpo diretivo composto por diretores, vice-diretores e secretárias.

A pesquisa tem como objetivo precípua trazer à discussão a problemática existente nas escolas públicas, proporcionando a ampliação do grupo de estudos a outros docentes e a outras escolas, possibilitando ao aluno portador de necessidades especiais o conhecimento indispensável à formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização e preparação para o trabalho, sendo visto como ser pensante, atuante e transformador na comunidade em que está inserido.

Os alunos portadores de necessidades deverão ter um atendimento educacional adequado às suas necessidades em termos de: currículos adaptados, métodos, técnicas e material de ensino diferenciado, ambiente emocional e social da escola favorável à integração dos alunos e recursos humanos devidamente motivados e qualificados.

A pesquisa realizada apresenta os seguintes aspectos: o incentivo da comunidade em geral à participação direta no processo de ensino - aprendizagem das crianças especiais nas séries iniciais; à integração da família do aluno especial à comunidade escolar; uma maior compreensão da sociedade do portador de necessidades especiais como um sujeito ativo e participante do cotidiano, do processo de formação cultural e da interatividade entre todos na reconstrução de objetivos sociais calcados na ética no respeito ao próximo.

Busca-se por meio desta pesquisa, demonstrar como este problema ocorre intrinsecamente no processo ensino - aprendizagem, levando-se em conta a existência de docentes não qualificados; a falta de estrutura física, material e tecnológica para tratamento adequado às crianças com necessidades especiais na escola regular.

Dentro deste contexto, esperamos mostrar como a INCLUSÃO é vista e realizada dentro da comunidade escolar em Morro do Chapéu, onde as contradições existem no cotidiano social, promotoras do preconceito e da marginalização, gerando constantes pressões sobre as políticas sociais, em especial a política educacional, as quais, muitas vezes, não permitem aos portadores de necessidades especiais, oportunidade e acesso à educação básica nas escolas regulares. Nessas, quando ocorre a inclusão, espera-se que a mencionada clientela possa desenvolver suas potencialidades e também possa ser vista como sujeito capaz de criar, construir, transformar e exercer conscientemente a cidadania.

O trabalho foi realizado na cidade de Morro do Chapéu - Bahia, que está situada entre as principais cidades serranas da Chapada Diamantina, com 1.293m acima do nível do mar, distante a 386 Km da capital do Estado e com extensão territorial de aproximadamente 5.920Km<sup>2</sup>, apresenta clima seco, subúmido com temperatura média anual de 20° C.

Para a delimitação do tema foi feita a opção pelo estudo da inclusão das escolas públicas, localizadas na sede do referido município que funciona nos turnos

Ao definirmos o papel da escola, precisamos acreditá-la como um dos instrumentos, talvez o mais significativo da realidade global, capaz de interferir na modificação dos seres humanos criando assim condições favoráveis para o aluno conhecer e compreender o mundo em que vive e, assim, construir e delinear seu papel como um ser pensante, consciente, livre, participante e transformador da realidade.

Na sociedade democrática, ao contrário do que ocorre nos regimes autoritários, o processo educacional não se realiza como um instrumento de imposição, pois sua concretização por parte do governo se dá através de um projeto de sociedade e de nação mais justa e humana. Este projeto deve resultar do próprio processo democrático, nas suas dimensões mais amplas, envolvendo a contraposição de diferentes interesses e a negociação política necessária para encontrar soluções para os conflitos sociais, permitindo o exercício pleno da cidadania.

É sabido, que neste final de século, intensas e rápidas transformações econômicas na sociedade têm contribuído para várias mudanças na estrutura das relações escolares, sociais e familiares. Destaca-se, como uma das mais importantes, o movimento mundial pela inclusão social e todas as necessidades de reformas educacionais em diferentes países mediante a inclusão de minorias excluídas pelo sistema escolar e social.

Partindo-se do pressuposto de que a educação é a mola mestra da democracia, enfatiza-se sua universalização como direito fundamental do indivíduo.

## Introdução

A escola é o local natural, não só de acolhimentos das diferenças humanas e sociais, como também de rejeição de novas demandas. Ao ingressar na mesma, muitas crianças encontram uma série de dificuldades para adaptar-se à vida escolar, essas dificuldades podem desaparecer ou se perpetuar durante anos.

Uma criança da classe popular para chegar aos bancos escolares percorre um caminho, muitas vezes cheio de obstáculos, levando-se ainda em consideração que boa parcela destas crianças quando chegam à sala de aula acabam sendo excluídas do processo educativo. Ao longo do percurso escolar de cada 100 crianças que ingressarão na 1ª. série do ensino fundamental apenas 08 concluirão a 8ª. série deste nível, ou seja, menos de 10 % concluirá o primeiro segmento.

Um outro aspecto relevante é a fragmentação de conceitos e conteúdos curriculares sem nenhuma articulação com seu cotidiano, se o indivíduo não consegue aprender, logo é taxado de incapaz ou deficiente. Tudo isso ocorre porque estes não conseguiram se adaptar aos padrões de normalidade estabelecidos pelo grupo dominante, tornando-se estigmatizados.

## **Apresentação**

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar, como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho na sala de aula.

Portanto, este trabalho volta-se para a Inclusão Educativa, buscando aprofundar conhecimentos sobre a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais, no processo ensino-aprendizagem. É relevante o estudo da problemática, pois é um desafio para grande parte dos profissionais da educação, devido as dificuldades que a escola brasileira apresenta para cumprir a sua função.

Com este objetivo é que esse trabalho propõe uma reflexão sobre a inclusão nas escolas do ensino regular analisando as reais condições dessas escolas em relação a esses alunos portadores de necessidades especiais, na sede do município de Morro do Chapéu.

<b>Anexo – Gráficos .....</b>	<b>36</b>
<b>Anexo – Entrevistas .....</b>	<b>39</b>
<b>Anexo – Questionário .....</b>	<b>41</b>
<b>Referencial Bibliográfico .....</b>	<b>43</b>

## SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>06</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>07</b>
<b>Capítulo I - Referencial Teórico .....</b>	<b>12</b>
1.1. Histórico da Inclusão .....	12
1.2. Nível de Aprendizagem da criança especial .....	17
1.3. Escola, Diversidade e a Inclusão Social .....	19
1.4. Inclusão Total .....	22
<b>Capítulo II - Metodologia da Pesquisa .....</b>	<b>24</b>
2.1. Introdução .....	24
2.2. Espaço e Tempo de Pesquisa .....	25
2.3. Instrumentos e técnicas de coleta de dados .....	25
2.4. Categorização dos Tratamentos dos Dados .....	26
<b>Capítulo III - Análise e Discussão dos Dados .....</b>	<b>28</b>
3.1. Análise dos Questionários aos Professores .....	28
3.2. Análise das Entrevistas Aplicadas às Mães que têm Filho Portador de Necessidade Especial .....	31
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>34</b>

### **Agradecimentos**

A Deus pela inspiração e fonte de sabedoria e presença viva em nossas vidas.

Aos nossos familiares por toda força e apoio a nós concedidos.

Aos professores da Rede UNEB 2000, amigos e colegas que nos auxiliaram e incentivaram durante a realização deste trabalho.

“ Pedir que não anoiteçam meus olhos  
seria uma loucura: sei de milhares e  
pessoas que vêm e que não são  
particularmente felizes, justas ou sábias.

***Jorge Luís Borges***

MARGARETH DE VALOIS COUTINHO  
MARIA JOSÉ DA SILVA  
RISONAR DE OLIVEIRA PAIVA C. GARCIA  
SIMONE CARNEIRO SILVA

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SÉRIES INICIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MORRO DO CHAPÉU

Professor Orientador: Prof. Ms. Lucinete Chaves de Oliveira

Trabalho monográfico apresentado como  
pré-requisito para a conclusão do Curso  
de Licenciatura plena em Pedagogia com  
habilitação nas Séries Iniciais do Ensino  
Fundamental, sob orientação do  
professor Lucinete Chaves de Oliveira



Morro do Chapéu, 2007.

30

MARGARETH DE VALOIS COUTINHO  
MARIA JOSÉ DA SILVA  
RISOMAR DE OLIVEIRA PAIVA C. GARCIA  
SIMONE CARNEIRO SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SÉRIES INICIAIS  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MORRO DO CHAPÉU**

**Professor Orientador: Prof<sup>a</sup> Ms. Lucinete Chaves de Oliveira**

**CONSULTA**



*Trabalho monográfico apresentado como pré-requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, sob orientação da professora Lucinete Chaves de Oliveira*

Morro do Chapéu, 2001.

**UNEB - DEP. IV - IAC**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROGRAD  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV  
CURSO INTENSIVO DE PEDAGOGIA  
CONVÊNIO UNEB/FAPES/PREFEITURA M. DE MORRO DO CHAPÉU**

**MARGARETH DE VALOIS COUTINHO  
MARIA JOSÉ DA SILVA  
RISOMAR DE OLIVEIRA PAIVA C. GARCIA  
SIMONE CARNEIRO SILVA**

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS SÉRIES INICIAIS**

Morro do Chapéu, 2001